23 de setembro de 2020

Principais agregados das Administrações Públicas 2019 – Dados provisórios

Principais agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos principais agregados das Administrações Públicas (AP) relativos à estimativa provisória anual de 2019, tendo como referência a base 2016 das Contas Nacionais Portuguesas.

A estimativa provisória para o ano de 2019 revela que o setor das AP apresentou um saldo positivo (capacidade líquida de financiamento) de 177 milhões de euros, correspondente a 0,1% do PIB. Saliente-se, do lado da despesa, o crescimento das prestações sociais e, do lado da receita, o crescimento das contribuições sociais e dos impostos sobre a produção e importação.

Apesar das circunstâncias determinadas pela pandemia COVID-19, o INE apela à melhor colaboração das empresas, das famílias e das entidades públicas na resposta às suas solicitações. A qualidade das estatísticas oficiais, particularmente a sua capacidade para identificar os impactos da pandemia COVID-19, depende crucialmente dessa colaboração que o INE antecipadamente agradece.

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010) e com as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas[1]. Os dados apresentados são enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010[2] e são consistentes com a segunda notificação de 2020 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também divulgada hoje.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2019, discriminados por subsetor.

O setor institucional das AP registou uma capacidade líquida de financiamento de 177 milhões de euros em 2019, o que corresponde a 0,1% do PIB. Esta capacidade de financiamento teve origem nos subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social, uma vez que o subsetor da Administração Central apresentou um saldo negativo.

Em particular, o saldo dos Fundos de Segurança Social aumentou face a 2018 em mais de 900 milhões de euros, em resultado sobretudo do acréscimo de quase 1,5 mil milhões de euros na receita de contribuições sociais, que mais do que compensou o aumento na despesa, destacando-se o aumento de 1,2 mil milhões de euros da despesa em prestações sociais (exceto transferências sociais em espécie).

[1] Este documento está disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-19-007.

[2] Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

QUADRO 1 – PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – DADOS PROVISÓRIOS

ANO: 2019

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas S.13	Administração Central S.1311	Administração Regional e Local S.1313	Fundos de Segurança Social S.1314
OTE	**Despesa total**	90 984	66 590	12 253	25 836
OTR	**Receita total**	91 161	63 207	12 842	28 808
B.9	**Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento** (Saldo em Contas Nacionais)	177	-3 383	589	2 972

Nota: Para o total da despesa (OTE) e para o total da receita (OTR), a soma dos subsetores não é igual ao valor do total do setor das AP, por efeitos de consolidação de algumas operações.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, tendo os dados relativos aos anos de 2018 e de 2019 naturezas final e provisória, respetivamente.

QUADRO 2 – RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euro

Código da operação	Designação da operação	2018	2019
OTR	**Receita total**	**88 006**	**91 161**
	Receita corrente	**87 028**	**90 486**
	da qual		
D.2	Impostos sobre a produção e a importação	30 942	32 066
D.61	Contribuições Sociais	23 860	25 274
D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	20 679	20 849
D.9	**Receita de capital**	**978**	**676**

A receita total das AP aumentou 3,6% (cerca de 3,2 mil milhões de euros) entre 2018 e 2019. Atendendo à redução observada na receita de capital (-30,9%), aquela evolução positiva resultou exclusivamente do aumento da receita corrente em 4,0%, refletindo o aumento das componentes com maior peso relativo: contribuições sociais (+5,9%), impostos sobre a produção e a importação (+3,6%), e, com menor expressão, dos impostos correntes sobre o rendimento e património (+0,8%).

Na estrutura da receita total, destaca-se, face a 2018, o aumento da importância relativa das contribuições sociais (+0,6 p.p.) por contrapartida de um decréscimo dos impostos correntes sobre o rendimento e património (-0,6 p.p.). A quota dos impostos sobre a produção e a importação no total da receita manteve-se em 35,2%.

O quadro 3 apresenta os valores das principais componentes da despesa das AP para os anos de 2018 (dados finais) e 2019 (estimativa provisória).

A despesa total das AP registou um aumento de 2,5% entre 2018 e 2019. Este comportamento resultou da conjugação do aumento de 2,7% da despesa corrente com uma quase estabilização da despesa de capital.

Para o aumento da despesa corrente contribuiu principalmente o incremento de 3,9% das prestações sociais (exceto transferências sociais em espécie), correspondente a 1,3 mil milhões de euros, e o aumento de 4,0% das remunerações (+876 milhões de euros). Em sentido oposto, verificou-se um decréscimo de 8,3% na despesa em juros (no montante de 572 milhões de euros), continuando a tendência decrescente que se vem observando desde 2015.

QUADRO 3 – DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de euro*

Código da operação	Designação da operação	2018	2019
OTE	**Despesa total**	**88 722**	**90 984**
	Despesa corrente	**82 479**	**84 732**
	da qual		
D.1	Remunerações dos Empregados	22 030	22 905
D.62	Prestações Sociais, exceto Transferências Sociais em Espécie	33 453	34 760
D.41	Juros	6 903	6 331
D.9+P.5+NP	**Despesa de capital**	**6 243**	**6 252**

Estas variações conduziram a uma estabilização do peso relativo da despesa corrente no total da despesa das AP em 93%, para a qual contribuiu a maior importância relativa das prestações sociais exceto transferências sociais em espécie (+0,5 p.p.) e das remunerações dos empregados (+0,3 p.p.), que compensou a perda de relevância dos encargos com juros que passaram de 7,8% para 7,0% da despesa pública.

A estabilização da despesa de capital face a 2018 resultou da diminuição das aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos, nomeadamente devido à venda de terrenos do município de Lisboa, e também do decréscimo das transferências de capital (-1,1%). Em sentido contrário, a formação bruta de capital aumentou 5,6%.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP para os anos de 2018 e 2019, mantendo-se o caráter final e provisório dos dados de 2018 e de 2019, respetivamente.

QUADRO 4 – SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de euro*

Código da operação	Designação da operação	2018	2019
B.9	**Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento** (Saldo em Contas Nacionais)	**-716**	**177**
	Saldo corrente	4 549	5 753
B.9 - D.41	Saldo primário	6 186	6 508

Os dados provisórios relativos a 2019 revelam que o saldo global das AP melhorou em 893 milhões de euros entre 2018 e 2019, originando uma capacidade de financiamento de 177 milhões de euros em 2019 (0,1% do PIB). Esta evolução positiva resultou de um acréscimo da receita (+3,6%) superior ao observado na despesa (+2,5%). O saldo primário, correspondente ao saldo global líquido da despesa em juros, aumentou 321 milhões de euros face ao ano anterior, superando 6,5 mil milhões de euros.

Revisões

Relativamente aos valores apresentados em março, os dados de 2018 apresentam agora uma natureza final, com a incorporação de informação também final referente a todas as entidades das Administrações Públicas. As revisões efetuadas refletem sobretudo a incorporação de dados revistos da Administração Local, do Serviço Nacional de Saúde e da Informação Empresarial Simplificada (IES).

Os dados respeitantes a 2019 apresentam ainda uma natureza provisória. As revisões efetuadas refletem o uso de informação adicional baseada na especialização do exercício (*accrual*), ao invés de informação baseada em fluxos de caixa, para um conjunto mais vasto de entidades, nomeadamente da Administração Local.

Assim, comparativamente com a publicação efetuada em março, a necessidade líquida de financiamento do setor das AP de 2018 foi menor em cerca de 188 milhões de euros, enquanto a capacidade líquida de financiamento de 2019 diminuiu em cerca de 227 milhões de euros.

www.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt